



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 09 de março de 2026.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 1018/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE** **solicitou inicialmente**:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1018/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 04/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 19/12/2025 por Julio Henrique Maschio Motivo: Levantamento de informações necessárias para o atendimento ainda não terminou

Solicitação

REQUISITO as seguintes informações referentes ao evento chamado "**Arraiá da Feira Hippie**" (**Centro de Convivência**) realizado nos dias **13, 14, 15 e 16 de junho de 2024**, sob a Coordenação do servidor Mário César Mello da Silva (matricula nº133.153-1), por meio da Secretaria de Turismo e Cultura:

Cópia das autorizações relativas ao Uso e Ocupação do Solo concedidas pela SETEC; Cópia das taxas recolhidas (individualmente) referentes ao Uso e Ocupação do Solo (SETEC); dos expositores participantes; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Guarda Municipal; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Polícia Militar; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à EMDEC; Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento do ECAD (sobre utilização de som mecânico e apresentações musicais); Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento dos artistas que se apresentaram no evento; Cópia dos Contratos com Prestadores de serviço envolvidos na produção do evento; banheiros químicos, ajudantes/montadores, barracas, tendas, palco, som e iluminação; Cópia dos materiais publicitários (físicos e/ou digitais) utilizados na divulgação do evento; AVCB para Eventos Temporários ou Alvará de Autorização para Eventos Temporários EMITIDO pelo Corpo de Bombeiros para a realização do evento; Documentação relativa à eventuais direcionamentos de EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS;

A **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)** ofereceu a seguinte resposta:

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, informamos que as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

A SECULT juntou os documentos mencionados na manifestação supra.

Insatisfeito(a), o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1018/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 10/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 19/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação ***DEVIDO à limitação de caracteres neste campo do site para explanar sobre as motivações do RECURSO, JUNTO o PDF anexo chamado "RECURSO ADM 1º Inst. n.1018-2021 Arraiá F.H. no C.C. de 13 à 16 de Junho de 2024.pdf" para trazer os questionamentos oportunos. VI - DOS PEDIDOS Diante do exposto, REQUER: 1. O provimento integral do presente recurso (ANEXO 1); 2. A complementação das informações em todos os itens detalhados NO ARQUIVO DOR ECURSO e suas respostas organizadas conforme numeração especificada, para maior organização textual (Ex.: RESPOSTA: III - 1., item 1 = ...); 3. A juntada de documentação comprobatória completa, ou, alternativamente, 4. A apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para cada negativa ou inexistência alegada. Termos em que, Pede deferimento. Campinas/SP, 10 de janeiro de 2026. Marcelo Bonifácio			

Em anexo, apresentou recurso administrativo **ampliando o pedido inicial, questionando a atuação da SECULT e requerendo novos elementos**, com destaques em vermelho, conforme segue:

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi juntada autorização da SETEC, porém **não foi apresentado o processo administrativo integral**, tampouco:

- pareceres técnicos;
- análise de riscos;
- fundamentos para autorização de evento pluridiário e noturno.

- Requer-se:

1. o inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. os pareceres técnicos e fundamentos legais;
3. as condicionantes técnicas eventualmente impostas ou dispensadas.

2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma inexistência de cobrança, **sem apresentação de ato formal de isenção**, apesar da participação de **25 expositores**.

- Requer-se:

1. o ato administrativo formal de isenção;
2. a base legal municipal específica;
3. esclarecimento se a isenção abrangeu todos os 25 expositores.

3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios genéricos, **sem comprovação de planejamento específico de segurança**, incompatível com evento noturno, pluridiário e com grande público.

- Requer-se:

1. os planos operacionais ou relatórios de atuação da Guarda Municipal;
2. esclarecimento sobre medidas adicionais de segurança adotadas.

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação documental de comunicação à Polícia Militar, apesar de:

- público estimado em 1.000 pessoas;
- música;
- evento noturno em dois dias.

- Requer-se:

1. comprovação formal da comunicação à Polícia Militar;
2. ou justificativa legal expressa para sua ausência.

5. Comunicação à EMDEC

Embora haja ofício de solicitação, **não foram apresentados relatórios de execução**, ordens de serviço ou comprovação de atuação efetiva.

- Requer-se:

1. relatórios operacionais da EMDEC;
2. ordens de serviço ou registros correspondentes.

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta tenta atribuir o recolhimento ao ECAD aos expositores ou artistas, o que é **juridicamente incorreto**.

(...)

Não foram apresentados recibos, notas fiscais, licenças ou declaração de inexigibilidade.

- Requer-se:

1. os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. a identificação do responsável legal perante o ECAD, mesmo que irregularmente atribuído aos expositores, conforme reposta do Coordenador;
3. ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

7. Pagamento dos Artistas / Bandas

A resposta não informa:

- quais foram as **duas bandas** que se apresentaram nos dias 13 e 14;
- quem as contratou;
- se houve pagamento;

- Requer-se:

1. a identificação completa das bandas e artistas;
2. os contratos ou termos de apresentação;
3. os comprovantes de pagamento ou instrumentos formais de gratuidade;
4. a identificação nominal e formal dos responsáveis pelas contratações.

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Estruturas

A resposta afirma genericamente que:

“as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores”.

Tal afirmação é **vaga, genérica e juridicamente insuficiente**, pois não esclarece:

- **quais estruturas;**
- **quais expositores;**
- **quem forneceu energia elétrica;**
- **quem assumiu a responsabilidade técnica.**

Considerando **25 barracas com iluminação artificial**, trata-se de **ponto crítico de segurança**.

- Requer-se:

1. a identificação detalhada de **quais estruturas** foram viabilizadas por expositores;
2. a identificação **nominal de cada expositor responsável, com nome completo e RG;**
3. a indicação de quem forneceu a energia elétrica;
4. a identificação do responsável técnico pela instalação elétrica;
5. as respectivas **ARTs/RRTs.**

9. Materiais Publicitários

O print de divulgação oficial confirma:

- **25 expositores;**
- música;
- horários noturnos;
- programação artística.

Não foram apresentados todos os materiais nem os custos envolvidos.

- Requer-se:

1. a íntegra dos materiais publicitários utilizados;
2. os contratos ou despesas correspondentes;
3. a identificação dos responsáveis pela divulgação.

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta limita-se a alegação genérica de dispensa, **sem norma específica, parecer técnico ou consulta formal**, apesar de:

- evento noturno;
- instalações elétricas temporárias;
- estruturas metálicas;
- público expressivo.

- Requer-se:

1. o AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. ou parecer técnico formal de dispensa;
3. a identificação do responsável técnico pela segurança do evento.

11. Emendas Parlamentares Impositivas

A resposta **não esclarece de forma objetiva** a existência ou não de emendas parlamentares.

- Requer-se:

1. informação expressa sobre a existência de emendas;
2. identificação dos parlamentares autores;
3. valores individualizados;
4. rubricas orçamentárias;
5. forma de execução financeira.

12. PONTO ESPECÍFICO – OFÍCIO ASSINADO POR MILENE CRISTINA

O ofício assinado por **Milene Cristina dos Santos Alves** solicita múltiplos apoios institucionais, reforçando o **caráter oficial e organizado do evento**, o que **contradiz a tentativa posterior de transferência de responsabilidades** aos expositores.

Tal contradição não foi enfrentada pela resposta administrativa.

- Requer-se:

1. esclarecimento formal sobre a compatibilidade entre o ofício e a resposta da LAI;
2. a indicação de qual autoridade assumiu a coordenação e responsabilidade final pelo evento.

(...)

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER**:

1. o provimento integral do presente recurso;
2. a complementação completa das informações e documentos, item a item;
3. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para toda negativa ou inexistência alegada.

A **RECORRENTE** juntou, ainda, o Regulamento de Arrecadação do ECAD.

A **SECULT** concedeu **provimento ao recurso de 1ª instância**, determinando à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) a complementação, se houvesse a informação solicitada, nos seguintes termos:

Diante do exposto pelo solicitante Sr. **Marcelo Bonifácio** em seu requerimento de recurso em 1ª instância da LAI nº 1018/2025, decido por acolher o recurso interposto e:

1 - Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC), nos termos do artigo 30 do decreto 22.170/2022 e seus parágrafos subsequentes;

2 - Determino que seja encaminhado à **Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC)** para análise e complementação, se houver a informação solicitada.

Ato contínuo, a referida **Coordenadoria Departamental (COFEC)** aborda cada item do recurso de 1ª instância, oferecendo as respostas pertinentes que serão compiladas mais adiante.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** questionando as respostas ofertadas, em tópicos a seguir enumerados: I – DO CABIMENTO; II – DO CONTEXTO FÁTICO COMPROVADO NOS AUTOS; III – DA CONTRADIÇÃO GRAVE: SHOW DE PATY GAMA E OMISSÃO DA ESTRUTURA; IV – DO PADRÃO RECORRENTE IDENTIFICADO EM OUTRAS LAIs; V – DA IMPOSSIBILIDADE DE EVENTO PÚBLICO SEM RESPONSÁVEL; VI – DO ECAD E DA RESPONSABILIDADE PELO USO DE MÚSICA; VII – DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DOS AGENTES PÚBLICOS, VIII – DA VIOLAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Ao final, apresenta os seguintes pedidos:

IX – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **requer-se:**

1. **o provimento integral do presente recurso;**
2. **a identificação completa dos responsáveis pela contratação da artista Paty Gama**, bem como:
 - o contratos;
 - o termos de apresentação;
 - o comprovantes de pagamento ou gratuidade;
3. **a identificação dos responsáveis pela estrutura de show utilizada no evento, incluindo:**
 - o palco;
 - o iluminação;
 - o sonorização;
 - o cobertura de palco;
4. **a apresentação das ARTs ou RRTs correspondentes às estruturas técnicas;**
5. **a identificação do responsável legal perante o ECAD;**

6. esclarecimento formal sobre quem custeou as estruturas utilizadas no evento;
7. Se houve "rateio" entre "expositores", é preciso informar quantidade de expositores, nome (identificação formal) de cada um dos expositores participantes do "rateio", notas fiscais e recibos relativos ao pagamento das estruturas e da apresentação de Paty Gama;
8. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para qualquer negativa ou inexistência alegada.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque, o recurso de 2ª instância traz pedidos distintos e incrementa substancialmente a **solicitação inicial, cujos itens restaram integralmente respondidos pela SECULT**, inclusive com os acréscimos de 1ª instância, a conferir a **compilação dos respectivos recortes**:

CÓPIA DAS AUTORIZAÇÕES RELATIVAS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CONCEDIDAS PELA SETEC;

CÓPIA DAS TAXAS RECOLHIDAS (INDIVIDUALMENTE) REFERENTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (SETEC) DOS EXPOSITORES PARTICIPANTES;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, informamos que as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

DESPACHO

Campinas, 10 de junho de 2024.

À Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**A documentação foi emitida conforme autorização expressa da Diretoria Técnica Operacional.**

Tendo sido providenciadas as anotações no sistema informatizado, retorno para o que couber.

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi juntada autorização da SETEC, porém não foi apresentado o processo administrativo integral, tampouco:

- pareceres técnicos;
- análise de riscos;
- fundamentos para autorização de evento pluridiário e noturno.

– Requer-se:

1. O inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. Os pareceres técnicos e fundamentos legais;
3. As condicionantes técnicas eventualmente impostas ou dispensadas.

RESPOSTA**1. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (inteiro teor, pareceres técnicos e fundamentos legais das autorizações e as condicionantes técnicas impostas ou dispensadas).** Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.**2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo** A resposta afirma inexistência de cobrança, sem apresentação de ato formal de isenção, apesar da participação de 25 expositores.

– Requer-se:

1. O ato administrativo formal de isenção;
2. A base legal municipal específica;
3. Esclarecimento se a isenção abrangeu todos os 25 expositores.

RESPOSTA**2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (ato administrativo formal de isenção e base legal que fundamenta eventual dispensa, bem como se a isenção abrange****todos os expositores, que são informações de responsabilidades da SETEC).** Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À GUARDA MUNICIPAL;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

	JUNHO		
06 (quinta)	Nova Europa – Praça Américo Buffo, localizada no cruzamento da Av. Santa Bárbara do Rio Pardo com Av. Baden Powell, no Jardim Nova Europa.	Feira Itinerante	14h às 22h
13 (quinta)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	14h às 22h
14 (sexta)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	14h às 22h
15 (sábado)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	09h às 14h
16 (domingo)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	09h às 14h

Trata-se de eventos culturais e turísticos, que reserva para os artesãos, espaços específicos, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes no rotativo.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

a) à Guarda Municipal de Campinas: a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios genéricos, sem comprovação de planejamento específico de segurança, incompatível com evento noturno, pluridiário e com grande público.

– Requer-se:

1. Os planos operacionais ou relatórios de atuação da Guarda Municipal;
2. Esclarecimento sobre medidas adicionais de segurança adotadas.

RESPOSTA

3. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais de atuação no evento que são informações de responsabilidades da Guarda Municipal). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À POLÍCIA MILITAR;

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação documental de comunicação à Polícia Militar, apesar de:

- público estimado em 1.000 pessoas;
- música;
- evento noturno em dois dias.

– Requer-se:

1. Comprovação formal da comunicação à Polícia Militar;
2. Ou justificativa legal expressa para sua ausência.

RESPOSTA

4. A Polícia Militar não foi comunicada em virtude da baixa complexidade dos eventos e pela prévia comunicação a Guarda Municipal.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À EMDEC;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

	JUNHO		
06 (quinta)	Nova Europa – Praça Américo Buffo, localizada no cruzamento da Av. Santa Bárbara do Rio Pardo com Av. Baden Powell, no Jardim Nova Europa.	Feira Itinerante	14h às 22h
13 (quinta)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	14h às 22h
14 (sexta)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	14h às 22h
15 (sábado)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	09h às 14h
16 (domingo)	Centro de Convivência - Praça Imprensa Fluminense	Feira Junina	09h às 14h

Trata-se de eventos culturais e turísticos, que reserva para os artesãos, espaços específicos, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes no rotativo.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

- a) à Guarda Municipal de Campinas: a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.
- b) à EMDEC: O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades e o fechamento das avenidas que se fizerem necessárias nas feiras itinerantes.

5. Comunicação à EMDEC

Embora haja ofício de solicitação, não foram apresentados relatórios de execução, ordens de serviço ou comprovação de atuação efetiva.

– Requer-se:

1. Relatórios operacionais da EMDEC;
2. Ordens de serviço ou registros correspondentes.

RESPOSTA

5. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais ou ordens de serviço que são informações de responsabilidades da EMDEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU NF DE PAGAMENTO DO ECAD (SOBRE UTILIZAÇÃO DE SOM MECÂNICO E APRESENTAÇÕES MUSICAIS);

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta tenta atribuir o recolhimento ao ECAD aos expositores ou artistas, o que é juridicamente incorreto.

Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.610/1998 e do Regulamento de Arrecadação do ECAD (ANEXO 2), a licença autoral deve ser prévia à execução pública, sendo responsabilidade do usuário/organizador do evento, independentemente de quem contrate artistas ou forneça equipamentos.

No caso concreto:

- houve música ao vivo (bandas nos dias 13 e 14);
- houve música mecânica;
- o evento foi organizado pela Secretaria Municipal;
- ocorreu em espaço público;
- houve ampla divulgação institucional.

Não foram apresentados recibos, notas fiscais, licenças ou declaração de inexigibilidade.

– Requer-se:

1. Os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. A identificação do responsável legal perante o ECAD, mesmo que irregularmente atribuído aos expositores, conforme reposta do Coordenador;
3. Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

RESPOSTA

6. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (Comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD; Identificação do responsável legal perante o ECAD; Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa), uma vez que não ocorreu contratação de artista.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU NF DE PAGAMENTO DOS ARTISTAS QUE SE APRESENTARAM NO EVENTO OU CONTRATO;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, informamos que as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

7. Pagamento dos Artistas / Bandas

A resposta não informa:

- quais foram as duas bandas que se apresentaram nos dias 13 e 14;
- quem as contratou;
- se houve pagamento;

– Requer-se:

1. A identificação completa das bandas e artistas;
2. Os contratos ou termos de apresentação;
3. Os comprovantes de pagamento ou instrumentos formais de gratuidade;
4. A identificação nominal e formal dos responsáveis pelas contratações.

RESPOSTA

7. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não realizou a contratação de artista para a "Arraiá da Feira Hippie", realizada no Centro de Convivência, nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho de 2024, razão pela qual não possuímos o solicitado.

CÓPIA DO CONTRATO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO EVENTO: AJUDANTES/MONTADORES, BARRACAS, TENDAS, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, informamos que as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Estruturas

A resposta afirma genericamente que: "as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores".

Tal afirmação é vaga, genérica e juridicamente insuficiente, pois não esclarece:

- quais estruturas;
- quais expositores;
- quem forneceu energia elétrica;
- quem assumiu a responsabilidade técnica.

Considerando 25 barracas com iluminação artificial, trata-se de ponto crítico de segurança.

– Requer-se:

1. A identificação detalhada de quais estruturas foram viabilizadas por expositores;
2. A identificação nominal de cada expositor responsável, com nome completo e RG;
3. A indicação de quem forneceu a energia elétrica;
4. A identificação do responsável técnico pela instalação elétrica;
5. As respectivas ARTs/RRTs.

RESPOSTA

8. Informamos que não temos controle sobre os itens fornecidos pelos expositores. Por este motivo não possuímos o solicitado. Em relação à ligação de energia elétrica, a mesma é providenciada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e, quanto ao custo, não possuímos esta informação. Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de Novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

CÓPIA DOS MATERIAIS PUBLICITÁRIOS (FÍSICOS E/OU DIGITAIS) UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DO EVENTO;

9. Materiais Publicitários

O print de divulgação oficial confirma:

- 25 expositores;
- música;
- horários noturnos;
- programação artística.

Não foram apresentados todos os materiais nem os custos envolvidos.

– Requer-se:

1. A íntegra dos materiais publicitários utilizados;
2. Os contratos ou despesas correspondentes;
3. A identificação dos responsáveis pela divulgação.

RESPOSTA

9. Informamos que a Coordenadoria Departamental de Feiras Culturais e de Economia Criativa se utiliza do Instagram para publicação dos eventos relacionado à Feira Hippie conforme doc. 17798130. Quanto aos contratos e despesas, esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não possui contrato de divulgação com nenhum veículo de comunicação particular. Deste modo, não possuímos contratos ou despesas com divulgação, o que não impede que algum veículo de comunicação de eventos faça matéria de divulgação de forma independente, o que também não gera custos ao município.

AVCB PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS OU ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO;

Em resposta ao doc. nº 17089098, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a "Arraiá da Feira Hippie" (Centro de Convivência), realizada nos dias 13, 14, 15 e 16/06/2024, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17295160, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17295044. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17295044.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, informamos que as estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta limita-se a alegação genérica de dispensa, sem norma específica, parecer técnico ou consulta formal, apesar de:

- evento noturno;
- instalações elétricas temporárias;
- estruturas metálicas;
- público expressivo.

– Requer-se:

1. O AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. Ou parecer técnico formal de dispensa;
3. A identificação do responsável técnico pela segurança do evento.

RESPOSTA

10. Esta secretaria não possui o solicitado, visto da natureza do evento ser de baixa complexidade e baixo impacto, não possuir barreiras físicas, controle de acesso e pessoas ou público sobre estruturas como arquibancadas e similares.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A EVENTUAIS DIRECIONAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS.;

11. Emendas Parlamentares Impositivas A resposta não esclarece de forma objetiva a existência ou não de emendas parlamentares.

– Requer-se:

1. Informação expressa sobre a existência de emendas;
2. Identificação dos parlamentares autores;
3. Valores individualizados;
4. Rubricas orçamentárias;
5. Forma de execução financeira.

RESPOSTA

11. Em atendimento ao solicitado sobre (destinação de emendas), informa-se que não houve utilização de emenda parlamentar por esta SECULT.

12. PONTO ESPECÍFICO – OFÍCIO ASSINADO POR MILENE CRISTINA

O ofício assinado por Milene Cristina dos Santos Alves solicita múltiplos apoios institucionais, reforçando o caráter oficial e organizado do evento, o que contradiz a tentativa posterior de transferência de responsabilidades aos expositores.

Tal contradição não foi enfrentada pela resposta administrativa.

– Requer-se:

1. Esclarecimento formal sobre a compatibilidade entre o ofício e a resposta da LAI;
2. A indicação de qual autoridade assumiu a coordenação e responsabilidade final pelo evento.

RESPOSTA

12.1. Em atendimento ao solicitado, informa-se que à época a Sra. Milene Cristina dos Santos Alves desempenhava a função de chefe de setor, conforme "Ofício 10411587 – Solicitação de Apoio Institucional (doc.17295044)", apresentado anteriormente.

12.2. O apoio fornecido é de responsabilidade de cada órgão envolvido de acordo com a natureza

Despacho 17798175

SEI PMC.2025.00187996-15 / pg. 7

do apoio, de acordo com a lei de eventos.

Vale aqui elucidar a **diferença entre ‘Negativa de acesso’ e ‘Informação Inexistente’**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017 (fls. 11/12), a conferir:

3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".



Figura 5: Informação inexistente

Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso³, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Súmula CMRI nº 6/2015

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, a resposta ofertada pela SECULT de que não possui determinados documentos tem natureza satisfativa.

Cópia de inteiro ou parcial teor de processos, inclusive processos de contratação, deve ser solicitada nos termos do Decreto Municipal nº 21.799/2021, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/137940>. Documentos da lavra das entidades da Administração Indireta, como EMDEC e SETEC, ou de outros órgãos municipais, como Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Serviços Públicos, devem ser objeto de e-SIC específicos. Eventual inconformismo com a conduta ou com o apoio institucional e logístico a eventos não se resolvem por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Dessa forma, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.**

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[1]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal - OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[1] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Relator(a) da CMJRAI**, em 09/03/2026, às 16:41, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **18006319** e o código CRC **77A80A54**.